



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LUCAS JOSÉ DO NASCIMENTO

**O CONSELHO REGIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE TRANFERÊNCIA DAS LUTAS CAMPESINAS PARA OS
CENTROS URBANOS, EM ESPECIAL RECIFE (1945-1964)**

**RECIFE
2022**

LUCAS JOSÉ DO NASCIMENTO

**O CONSELHO REGIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE TRANFERÊNCIA DAS LUTAS CAMPESINAS PARA OS
CENTROS URBANOS, EM ESPECIAL RECIFE (1945-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito necessário à obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva.

RECIFE
2022

LUCAS JOSÉ DO NASCIMENTO

**O CONSELHO REGIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS E
O PROCESSO DE TRANFERÊNCIA DAS LUTAS CAMPESINAS PARA OS
CENTROS URBANOS, EM ESPECIAL RECIFE (1945-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Departamento de História da Universidade Federal
Rural de Pernambuco (UFRPE).

Aprovado em 5 de outubro de 2022.

Conceito Final: _____

BANCA EXAMINDORA:

Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva (Orientadora)
Departamento de História (DEHIST) - UFRPE

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda
Departamento de Educação (DEd) - UFRPE

Prof. Me. Ademir Bezerra de Melo Júnior
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

O CONSELHO REGIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS E O PROCESSO DE TRANFERÊNCIA DAS LUTAS CAMPESINAS PARA OS CENTROS URBANOS, EM ESPECIAL RECIFE (1945-1964).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de organização camponês no Brasil, em especial Pernambuco. Sendo o Recife importante polo de organização campesina entre a década de 1950 e 1960. A investigação desta experiência concreta e historicamente datada, parte dos anseios em caracterizar a transferência das lutas campesinas para os centros urbanos, dando ênfase ao processo de conscientização política da massa camponesa e na utilização do Código Civil, como ferramenta de luta campesina, possibilitando à criação de organizações com caracteres associativistas, como foi à Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - SAPPP, conseguindo assim evitar o burocratismo para a fundação de sindicatos rurais no período estudado. O Conselho Regional das Ligas Camponesas também é objeto central deste artigo, pois possibilitou a expansão do movimento camponês para os centros urbanos, na medida em que criou as condições teóricas para que a arregimentação campesina ocorresse de forma organizada. O artigo foi escrito a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o emprego de pesquisa bibliográfica e documental, O levantamento documental realizado se baseou principalmente, por meio de consultas aos documentos produzidos pelas vanguardas do movimento, na tentativa da arregimentação e do associativismo da massa camponesa e estudos historiográficos feitos por especialistas no tema. A releitura desse trajeto demonstra as contradições e possibilidades da experiência das Ligas Camponesas.

PALAVRAS CHAVE: Ligas Camponesas. Recife. Conselho Regional das Ligas Camponesas. Associativismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the process of peasant organization in Brazil, especially Pernambuco. Recife being an important pole of peasant organization between the 1950s and 1960s. The investigation of this concrete and historically dated experience starts from the desire to characterize the transference of peasant struggles to urban centers, emphasizing the process of political awareness of the peasant mass and in the use of the Civil Code, as a tool for peasant struggle, enabling the creation of organizations with associative characteristics, as was the case with the Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - SAPPP, thus managing to avoid bureaucracy for the foundation of rural unions in the period studied. . The Conselho Regional das Ligas Camponesas is also the central object of this article, as

it enabled the expansion of the peasant movement to urban centers, as it created the theoretical conditions for peasant regimentation to occur in an organized manner. The article was written from a qualitative approach, using the use of bibliographic and documentary research. and historiographical studies carried out by specialists in the field. The reinterpretation of this path demonstrates the contradictions and possibilities of the Ligas Camponesas experience.

KEYWORDS: Ligas Camponesas. Recife. Conselho Regional das Ligas Camponesas. Associativism.

A atuação do Partido Comunista Brasileiro e a criação de Ligas Camponesas (1945-1955).

O período retratado neste artigo é marcado por uma reorganização da luta camponesa que de certo modo foi influenciado pelo avanço do que podemos denominar de capitalismo tardio¹ Para nos debruçar sobre tal tema, temos que ter em mente que o movimento camponesino no Brasil passou por algumas fases de avanços e retrocessos. Sendo assim, para podermos compreender o processo em que se deu a luta e organização dos trabalhadores rurais no Nordeste Brasileiro, vamos dar destaque em um primeiro momento a atuação do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Com a volta das garantias democráticas em 1945, após a queda da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), diversos camponeses se mobilizaram em vários Estados brasileiros, sob a orientação do próprio PCB fundando diversas Ligas Camponesas, também conhecidas como Ligas Comunistas. A atuação do partido na causa camponesa foi intensa e quase exclusiva neste período. Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e seu alinhamento com a política norte americana. O PCB foi novamente posto na ilegalidade e passou a atuar outra vez na clandestinidade, passando a concentrar suas atividades nos núcleos urbanos, reagrupando seus militantes onde não foi tão acentuada a desarticulação de seus organismos,

¹ O termo foi desenvolvido pelo economista belga Ernest Mandel e caracteriza a fase do capitalismo monopolista, desencadeado a partir de uma terceira revolução tecnológica (1940-1945). Para compreender melhor sobre esse assunto (MANDEL, 1972).

renegando a situação do campo a segundo plano. Neste sentido indica Morais (1969, p. 24):

As óbvias limitações do trabalho clandestino não lhe permitiram, evidentemente, reorganizar de forma unitária o setor rural. Nesse contexto, muitos setores, sobre tudo camponeses tiveram de se agrupar por si ou, pelo menos, com uma ineficaz assistência do Partido. Nesses setores destacou-se uma grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos sociais urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento camponês.

No ano de 1955 no Engenho Galileia localizado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP)². Engenho este, considerado de fogo morto³ e fica aproximadamente à 60 quilômetros do Recife, neste local foi a sede da tentativa mais importante de reorganização camponesa em Pernambuco a SAPPP, encabeçadas por Zezé da Galileia, Paulo Travassos e José dos Prazeres,⁴ esses dois últimos pertenceram ao PCB e continuavam o trabalho de arregimentação no campo, conseguindo organizar o núcleo do que vamos chamar a posteriori de Ligas Camponesas Modernas, mesmo com o PCB na clandestinidade. O partido foi uma das principais forças políticas no campo durante as décadas de 1950 e 1960, e se constituiu junto com o PSB (Partido Socialista Brasileiro) este último sob a liderança do advogado e Deputado Estadual Francisco Julião, formando a vanguarda do movimento campesino das ligas no período relatado.

Capitalismo Tardio e Luta de Classes no contexto camponês

Em toda parte, nos campos junta-se à nossa outra voz escutai, Senhor dos campos nós já não somos mais sós. Queremos bonança e paz para cuidar da lavoura colher milho que doura. Queremos que a terra possa ser tão nossa quanto vossa porque a terra não tem dono

² A luta dos foreiros de Galiléia ganhou destaque na imprensa pernambucana da época, passou a denominar a SAPPP de “Liga da Galiléia”, associando a entidade às Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro, que se desenvolveram no Nordeste na década de 1940, e incluindo as notícias sobre o movimento na propagando anticomunista de então (AZEVEDO,1982, p.59).

³ Chamado assim pelo fato de não produzir mais açúcar.

⁴ Zezé da Galileia era um trabalhador rural do Engenho Galileia e líder camponês, já José dos Prazeres e Paulo Travassos eram antigos mobilizadores da Liga Camponesa de Iputinga (PE). Eles atuaram na idealização e organização inicialmente da SAPPP, compondo inclusive, a diretoria da sociedade. (MEDEIROS, 1989; MORAIS, 1969; GALILEIA, 2017).

senhores donos da terra queremos plantar no outono fartura em vez de miséria. (MORAES, 1962)

A década de 1950 foi de grande relevância para os movimentos camponeses. A eleição de Juscelino Kubitschek representou um processo de consolidação das instituições democráticas no país, e seu governo ficou marcado por uma política desenvolvimentista, e por acelerar o processo de industrialização urbana com grande participação de capital externo.

As transformações propostas por Juscelino não conseguiram ser efetivadas na área rural que apresentava neste dado momento altos índices de violência contra os camponeses e um atraso tecnológico considerável nos meios de produção e nas relações de trabalho, fomentando na perspectiva do materialismo histórico, a luta de classes, segundo este aspecto nos apontam Marx e Engels, (2005, p.40): através do manifesto do Partido Comunista apontam:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada.

Deste modo, os conflitos entre camponeses e latifundiários se acirraram com o aprofundamento do capitalismo tardio, onde pode se observar uma tendência crescente à incorporação de áreas no processo produtivo do latifúndio, devastando e expulsando camponeses de suas casas e roçados de subsistência, para a plantação da cana de açúcar. Segundo este, Bastos (1984, p.10) analisa que:

Como já foi assinalado, um dos marcos principais do desenvolvimento do capitalismo no campo é a crescente subordinação da terra ao capital, o que provoca fenômenos diversos, mas indicativos de um único processo: expulsão de foreiros, cuja as terras são ocupadas pela produção capitalista; destituição do “morador” das condições que lhe permitem as produções dos seus meios de vida; a extinção de contratos de parceria; submissão da produção do pequeno proprietário. E, nesse processo de transformação, o capitalismo produz tensão, manifestas na eclosão de movimentos sociais, que são expressões da luta pela terra.

A crescente subordinação da terra ao capital produziu um efeito de concentração da propriedade dos meios de produção transformados em capital, ao mesmo tempo em que vai acarretar um processo de expropriação da maioria da população agrária, transformando-a no contingente de força de trabalho assalariada subordinada ao capital. Na obra *A miséria da Filosofia* Marx esboçou um pensamento que seria retomado junto com Engels no *Manifesto do Partido Comunista*. Pereira (2012, p.3):

Para Marx e Engels as classes emergem na base econômica, quando ela se ergue sobre modos de produção antagônicos, organizados em torno de diferentes modalidades de exploração do trabalho. A exploração é estrutural e objetiva a contradição antagônica que opõe os proprietários das condições de produção aos produtores direitos expropriados. A exploração não depende da consciência dos explorados.

Após a morte de Marx, no prefácio de uma edição alemã do *Manifesto*, Engels (1883, p.7), aponta que:

Pertence exclusivamente a Marx a ideia fundamental de que está penetrado todo o Manifesto, a saber: que a produção econômica e a estrutura social que dela deriva necessariamente em cada época histórica, constituem a base sobre a qual descansa toda a história política e intelectual dessa época; que, portanto, toda a história (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) tem sido uma história de luta de classes, de luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas.

A partir do método materialista histórico-dialético Marx, entende que os seres humanos não podem ser pensados a partir da abstração, do idealismo. Ele defende que somos formados a partir das relações sociais. Esse método busca entender as relações entre o trabalho e a produção de bens materiais ao longo da história; o homem vai viver suas relações sociais segundo as relações econômicas, ele não tem autonomia. A dialética marxista considera que a realidade deve ser analisada como um todo, através da contradição, sejam, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, classes exploradas e classes exploradoras, a história da humanidade se move em torno dessas contradições que se faz presente nas lutas de classes.

Nas décadas de 1950 e 1960 se apresentavam duas questões fundamentais: como superar o subdesenvolvimento e a dependência que nos caracterizava desde os tempos da colonização? e como construir uma democracia efetiva, garantindo

direitos e participação ampla nas questões políticas e sociais? Abreu e Lima (2008, p. 190) aponta que:

No que diz respeito à efetivação da democracia no país, as dificuldades eram muitas, como o fato de que os analfabetos não podiam votar, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era considerado ilegal desde 1947, o sindicalismo era tutelado, a repressão, praticamente constante.

Nesse sentido, as vanguardas da organização camponesa tiveram um árduo trabalho para colocar a classe campestre no bojo do jogo político, os camponeses foram se organizando e passaram a atuar de forma concisa como sujeitos que reivindicam o seu direito a partir da questão da terra, perpassando pelos embates políticos ideológicos. Sobre este aspecto nos indica Porfirio (2019, p. 45):

Viviam a condição de extrema pobreza nos engenhos e passaram a se movimentar, ir além dos horizontes oferecidos pelos canaviais, deseja algo novo no início da década de 1960. Desejam direitos sociais e reconhecimento, pelo Estado, do estatuto de trabalhadores. Desejam políticas públicas que lhes garantissem dignidade a dignidade para a existência. Desejavam ser vistos com sujeitos políticos.

É importante salientar que para o historiador inglês Edward P. Thompson. Nos marcos do materialismo histórico. As classes sociais, a luta de classes e a consciência são compreendidas de forma articulada, como fenômeno histórico e como formação econômica, política e cultural. Nesse sentido, A consciência como sugere o historiador, dá-se no “fazer-se” movimento, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão e no desejo e prática de libertação. Para ele as experiências são dinâmicas e se constituem também nas ambiguidades e nas contradições. O autor assinala que “A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p.10).

À vista disso, podemos apontar que a “consciência de classe” e a “consciência política” pode se desenvolver, em meio ao processo de lutas. Nesse sentido o escritor aponta que as classes não existem como entidades separadas, já que as pessoas estão inseridas numa determinada sociedade estruturada em modos determinados, sofrendo exploração, identificando ponto de interesses e lutando a partir das

necessidades que o ambiente em que estão inseridos lhes colocam. Sendo assim o inglês indica que não existe consciência de classe anterior à própria classe, já que ela se constrói no processo de lutas. Isto posto, podemos depreender que a relação da “consciência de classe”, especialmente para os militantes e dirigentes, pode ser feita em analogia aos acontecimentos vivenciados nos campos pernambucanos, entre as décadas de 1950 e 1960. Já a “consciência política” emerge desses agentes sociais quando de suas participações em inúmeras atividades no interior do movimento camponês, da vida e no trabalho.

Algumas das estratégias utilizadas pelas bases políticas do movimento camponês foram os comícios e as passeatas, muito comuns nos centros urbanos no período que estamos analisando, mas que não passaram despercebidos aos olhos da Polícia Política⁵, como nos aponta Assis (2007, p. 6):

As Ligas Camponesas surgiram em uma conjuntura de democratização brasileira onde liberalização política e o desenvolvimentismo eram lemas nacionais. Deste modo, projetavam suas reivindicações por Reforma Agrária pelo país. Apesar desse clima democrático, que se fazia presente, nas manifestações camponesas, elas estavam sendo monitoradas passo-a-passo pela polícia política.

Podemos observar a partir das primeiras tentativas de mobilização dos camponeses⁶ um caráter repressivo e contrário ao movimento, a elite vigente tem um peso crucial nesta questão, seja influenciando o trabalho da polícia conseguindo benefícios em detrimento da massa camponesa. Muitos latifundiários utilizaram a polícia do governo e muitas vezes milícias montadas por eles para reprimir qualquer tentativa de atuação das Ligas em seus “territórios”, ou mesmo utilizavam da propagação de notícias tendenciosas em alguns periódicos da época, com o intuito de aterrorizar e descredibilizar o movimento.

⁵ A Polícia Política foi objetivada por várias leis de segurança Nacional e é entendida como “uma especialização das atividades para prevenção, visando ao conhecimento, à classificação e ao controle e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que podem exercer atividades não toleradas no Regime político vigente”. *In*: (REZNIK, 2004, p. 24)

⁶ Vamos ter como base as Ligas Camponesas Comunistas (1945-1947).

Organização campesina por meio da SAPP, frente ao latifúndio e suas práticas semi-servil.

De acordo com Callado (1964, p. 65): “nesses incultos ducados nordestinos crescem a cana e o algodão que assalariados e foreiros plantão, mas também crescendo plantas daninhas ao latifúndio, como as Ligas Camponesas”.

Como mencionado anteriormente o movimento que deu origem a SAPP, teve início em Vitória de Santo Antão no Engenho Galiléia, a propriedade congregava 140 famílias de foreiros em quinhentos hectares de terras. Segundo Medeiros, (1989, p.46):

Em 1955, veio à tona o caso do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão-PE. Os foreiros daquela propriedade formaram então uma organização de caráter civil aparentemente com objetivos assistenciais, mas que buscava igualmente a defesa de alguns de seus membros diante de ameaças de expulsão.

Depois de ser constituída a diretoria da sociedade, os camponeses, convidam o próprio senhor de engenho para presidente de honra na inauguração. Houve posse solene saindo o senhor Oscar de Arruda Beltrão satisfeito por ser o único da região a receber essa honraria dos foreiros explorados. Foi advertido logo depois por outros proprietários de terras que a criação dessa organização em seus domínios se tratava da expansão do comunismo. Logo o senhor de engenho não quis mas a presidência de hora da sociedade e exigiu a sua extinção, os camponeses não aceitaram a ordem e começou uma dura batalha que coloca de um lado foreiros e de outro o latifúndio, sendo a posse da terra o objeto da disputa. Os foreiros logo começaram a ser intimidados pelos proprietários que detinham muita influência na região. (Julião, 1962, p.25), aponta que:

Começaram, sem tardar, as intimidações, as chamadas à Delegacia de Polícia, à presença do Promotor, do Prefeito, do Juiz. Procuraram isolar os mais responsáveis, como Manoel Gonçalves, João Vergílio, José Braz de Oliveira, entre dezenas de outros. O cerco apertava-se, dia pós dia.

A SAPPP então foi em busca de um advogado que pudesse defender seus membros de possíveis arbitrariedades cometidas no decorrer da disputa judicial, e que estivesse disposto a enfrentar a fúria do latifúndio frente a organização camponesa. Em Recife, capital do Estado, encontram o advogado e recém eleito Deputado Estadual, Francisco Julião para que o mesmo fosse representante da SAPPP, enquanto representante da organização. Ele aceita e a partir do ano de 1955 começa uma longa disputa judicial com os proprietários do Engenho Galiléia, além de uma estreita relação com a causa camponesa e a luta pela reforma agrária, cabendo à imprensa batiza-lo de “agitador das massas”, a partir disto, a SAPPP passou a ser denominada de Ligas Camponesas, como denuncia o advogado e Deputado Estadual Julião (1962, p.29):

A imprensa reacionária passou a apelidar a “Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) de Ligas Camponesas, com o intuito de queimá-la, vinculando-a àquelas extintas organizações fundadas em 1945. O apelido no entanto pegou como Visgo.

Como podemos observar Julião tentou desvincular a imagem da SAPPP das organizações montadas e dirigidas pelo PCB entre 1945-1947, no entanto, entende que o termo Ligas Camponesas, “pegou como visgo”. Neste sentido, entendemos que essas Ligas Comunistas tiveram papel fundamental na formação destes “novos núcleos” de unidades camponesas, e por isso, a aceitação do termo Ligas foi se consolidando.

José dos Prazeres, Paulo Travassos e alguns camponeses que assumiram os papéis de lideranças, nesse primeiro momento quando a SAPPP buscava se consolidar, transfere o controle da luta para fora do centro do conflito, Vitória de Santo Antão, encaminhando uma grande mobilização dos foreiros da Galileia para o Recife em busca de ajuda jurídica que foi prestada como dito anteriormente por Francisco Julião. Aproveitando-se de uma conjuntura política favorável ao fortalecimento de movimentos sociais e embalados pela onda desenvolvimentista que o Brasil atravessava, o Deputado Estadual e sua base de apoio souberam encaminhar as demandas camponesas dentro da Assembleia Legislativa, enquanto travava diversos

embates jurídicos, sendo um dos mais conhecido o caso Galiléia⁷. Ao mesmo tempo, os camponeses se mostravam-se mais organizados em diversos atos públicos tais como: marchas, comícios e congressos que ocorreram nos centros urbanos, sendo de grande importância para a classe entre as décadas de 1950 e 1960.

Associativismo civil como alternativa de regulamentação campesina

A forma na qual se deram as organizações no campo brasileiro foram diversas: associações, uniões, irmandades, ligas, dentre outras possíveis nomenclaturas para estas mobilizações políticas e sociais. Este fenômeno segundo Medeiros, (1995, p.165), se dava “Sempre por local de conflito e ligadas ao que se considerava “reivindicações imediatas”. As dificuldades enfrentadas para a criação de sindicatos rurais e as fragilidades imposta às formas de regulamentação deles fizeram com que este processo de sindicalização no campo ficasse praticamente parado na burocracia estatal entre 1944 e 1963, se observando neste período uma rígida restrição a esse tipo de associação, propiciada pelo contexto político de governos aliados aos interesses da elite latifundiária local. A tentativa de brechar o desenvolvimento do associativismo rural, fez surgir novas experiências, aliados à novas formas de proteção dos seus associados. A este respeito Cavalcante, (2021, p.56) acrescenta que:

Ao encontrar diversas barreiras no processo mais amplo de constituição do sindicalismo no país, o associativismo rural vai construindo um caminho próprio como forma alternativa de regulamentação, as ligas camponesas se estruturam em forma de associações civis.

O Código Civil⁸ se torna a principal arma frente às ameaças de desarticulação da classe campesina. As forças políticas que atuavam no campo neste período

⁷ O caso “Galiléia” estende-se até 1959 quando, não por via judicial, mas através da assembleia Legislativa de Pernambuco, desapropria-se o engenho, pela aprovação do projeto de lei de autoria do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade, projeto este sancionado pelo Governador Sid Sampaio, como parte dos compromissos eleitorais assumidos durante a campanha eleitoral. (BASTOS, 1984, p.20).

⁸ O Código Civil Brasileiro de 1916, ficou em vigor de 1 de janeiro de 1917 a 11 de janeiro de 2003, foi instituído pela Lei N°. 3.071 de 1 de janeiro de 1916.

passaram a buscar alternativas dentro do próprio ordenamento jurídico. Como apontou Moraes,

Pelo fato de não poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade residia em atuar dentro do âmbito do Código Civil, o mesmo que admite a organização de associações de caráter não especificamente trabalhistas. (MORAIS 1997, p.12)

Vale ressaltar que estamos tratando do Código Civil de 1916. E como essa ferramenta conseguiu “neutralizar”, em certa parte, as ameaças dos latifundiários contra a massa camponesa que tentava se organizar. Com base nessa legislação é fácil registrar rapidamente o estatuto de uma sociedade civil qualquer, não dependendo do Ministério do Trabalho, mas sim de um Cartório de Títulos e documentos, a sociedade se funda e cria personalidade jurídica. Julião (1962, p.60) afirma que “O camponês quando luta com base no Código Civil, não se isola, porque usa o instrumento jurídico aceito e defendido pela classe dominante – a burguesia”. Sobre esse mesmo aspecto nos aponta Porphirio (2018, p. 36):

A organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório. O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terras, que se baseavam em práticas “feudais” e neutralizar a “burguesia” – que não desrespeitaria o código civil que “sacralizou” a propriedade privada.

Podemos apontar o Código Civil como uma ferramenta que cumpriu uma finalidade pedagógica dentro do movimento. O Deputado Estadual Francisco Julião em seu trabalho de proselitismo nos “campos” pernambucano, se utilizava de instrumentos como a bíblia, o Código Civil, a poesia popular cartilhas e documentos orientadores, para extrair conceitos e temas que tocavam diretamente as questões relacionadas à opressão e exclusão dos camponeses. Julião (1962, p.62), indica que:

Eu utilizava o Código Civil, a Bíblia e a literatura de cordel, os cantadores. Toda essa coisa eu fui descobrindo que era interessante para motivar os camponeses. A própria linguagem que eu usava era uma linguagem muito acessível, porque vinha dos camponeses, e eu a traduzia em documentos.

Tendo um maior conhecimento do Código Civil os camponeses ganhavam mais força para resistir as ameaças da elite agrária e de suas práticas semifeudais, como, por exemplo, a obrigatoriedade de pagar o cambão⁹. Conhecendo essa ferramenta a luta do campesinato pernambucano passa a ser fortalecida e muitos foreiros¹⁰ conseguiram levar latifundiários aos tribunais.

Tática de expansão da SAPPP por meio do Conselho Regional e suas delegacias com jurisdições Regionais

Com o processo de regionalização da luta empreendida pela SAPPP, ocorre que passaram a se filiar às “Ligas” trabalhadores que vivenciaram condições de trabalhos diversas dos “galileus” e deste processo de transferência da luta para o exterior do centro do conflito, resultando em uma organização regional, que ficou conhecida como Conselho Regional das Ligas Camponesas. Para Bastos, (1984, p.48):

Várias são as vantagens da organização Regional. Livra-se do arbítrio do proprietário e das autoridades que os representam; Possibilidades de alianças com outros movimentos sociais; Extensão da legalidade a todos os núcleos que formam filiados à associação regional.

Além destes aspectos citados por Bastos, podemos apontar a ampliação, não apenas numérica de seus participantes, mas também do próprio espaço que se desenvolve a luta do campesinato, no sentido em que dar amplitude e respaldo político ao movimento camponês, ao mesmo tempo em que sensibiliza as massas urbanas às palavras de ordem rurais. Segundo Moraes, (1997, p. 19):

De repente apareceu José dos Prazeres como presidente da SAPPP, Paulo Travassos, buscando, na capital do Estado (Recife), respaldo político para os camponeses do engenho Galileia. [...] O trabalho de Prazeres na capital teve pleno êxito. Os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional; Francisco Julião de Paula do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social

⁹ Cambão era um dia de trabalho gratuito que o foreiro era obrigado a dar anualmente ao dono da propriedade onde morava. Veja mais na obra de JULIÃO (*Cambão a face oculta do Brasil*, 2013)

¹⁰ Foreiro era o trabalhador que pagava um “foro” mensal, espécie de aluguel pelo uso terra.

Democrático, e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista, constituíram inicialmente o organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas. Eles visitavam permanentemente os núcleos de camponeses ameaçados e, com as imunidades de que gozavam como representantes do povo, evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades.

Este novo método de ação adotado pelas “Novas Ligas Camponesas”, assegurou maior dinamismo e segurança para o trabalho de arregimentação da massa camponesa. Sendo assim, as principais lideranças da SAPPP decidiram adotar uma estrutura regional em detrimento da estrutura local, já que a segunda, eram mais fáceis de serem perseguidas e sufocadas pelos latifundiários que detinham grande influência com a polícia e a justiça local. Em contra partida, uma organização regional trazia diversos benefícios a associados, tais como: o *status* de uma federação regional, versatilidade e crescimento dinâmico, já que sua personalidade jurídica se estendia à diversas delegacias¹¹ que poderiam ser fundadas a posterior com apoio de setores urbanos mais esclarecidos, já que o foro da organização regional tinha sede na capital do Estado, ou na maior cidade da região que se localizava o conflito. Sobre esse mesmo aspecto nos aponta Julião, (1962, p. 47):

As Ligas, como organizações, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de associação, o nome pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma Justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta o estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidadezinha, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego.

Estes núcleos que foram batizados de delegacias fizeram parte da estrutura do movimento, cada delegacia possuía diretoria própria, enquanto o estatuto abrangia todas as delegacias, facilitando assim os processos de associações na medida em que servia para dar homogeneidade para a organização, já que se fossem organizadas com estatuto próprio para cada município ficariam inertes ao processo

¹¹ As delegacias eram núcleos distritais e/ou municipais das Ligas Camponesas, que tinham esse nome para diminuir o temor, por parte do camponês, do poder policial, pois sempre que fosse a um desses núcleos o camponês estaria indo à “delegacia” (JULIÃO, 1962).

de burocrático que dificultava as associações deste caráter no período estudado. Sobre este aspecto nos aponta Julião, (1992, p. 48):

Com um estatuto funcionando para todo o Estado, torna-se fácil e rápido a criação e legalização das entidades municipais, distritais ou locais. Poupa-se tempo e dinheiro. Para se fundar uma Delegacia ou Liga, basta reunir certo número de camponeses, trinta ou quarenta, submeter o estatuto geral à sua apreciação, e, uma vez todos de acordo, eleger a diretoria. Lavra a ata e é assinada pelos fundadores, se alfabetizados, ou a rôgo, se analfabetos, basta o Conselho Deliberativo Oficial à justiça, comunicando a existência legal da entidade.

Neste sentido, apontamos a influência da criação do Conselho Regional das Ligas Camponesas, atrelado a um estatuto também de caráter regional, para o fortalecimento e expansão do movimento campesino, que foi pouco a pouco tomando os centros urbanos com palavras e atos de ordem campesina, fazendo com que milhões de brasileiros que foram historicamente esquecidos ou silenciados pela fúria do latifúndio, conseguissem se tornar sujeitos que reivindicaram direitos e que estavam dispostos a lutar em um primeiro momento, principalmente pelo direito de acesso às terras. Para Francisco Julião foi neste embate com o latifúndio que a massa camponesa conseguiu criar consciência política e começou a atuar de forma mais concisa na defesa de seus direitos, como indica Julião, (1962, p.48):

Com a fundação de cada Liga, o latifúndio se irrita. Mobiliza autoridade policial, o prefeito, o juiz, o promotor, o capanga. Tem início a luta que toma logo caráter político. Daí por diante, começa o processo de politização da massa camponesa com assembléia geral, a passeata, a audiência na polícia ou na justiça, indo ao extremo da defesa de seus direitos até armas na mão.

As delegacias campesinas surgiram no momento da expansão das Ligas camponesas para um âmbito estadual e também regional, estas eram associações agrícolas de caráter local. Pesquisando o acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS- PE), digitalizado pelo Arquivo Público Jordão Emerenciano – PE, consegui constatar a presença de 5 delegacias situadas no Recife, são elas: Liga Camponesa do Recife – Sede – localizada na Avenida Rio Branco, nº 155, Recife; Liga Camponesa de Bôa Ideia – localizada na rua 21 de abril, nº 328 – Bôa Ideia; Liga Camponesa da Iputinga – localizada na Avenida Inacio Monteiro, nº 85 – Cordeiro; Liga Camponesa de Beberibe – localizada na entrada do Brejo, nº1060

– Linha do tiro e a Liga Camponesa do Totó – localizada na rua Onze de agosto, s/n – Totó. Assim foi se criando uma espécie de estrutura de federações estaduais, cujo o órgão centralizador se localizava nas capitais, mas que estavam ligados diretamente através de seus delegados locais que representavam esses núcleos.

As alianças e laços de solidariedade com os movimentos sociais do meio urbano, partidos políticos, movimentos estudantis, intelectuais, dentre outros, se deu através da avaliação da necessidade de construção e consolidação do processo de expansão do movimento. O Conselho Regional das Ligas Camponesas foi pensado como uma espécie de órgão interno para realizar tal atividade. Essas redes de contato foi de suma importância para que essas delegacias conseguissem se consolidar, já que as delegacias locais, eram alvos recorrentes da violência e repressão dos setores oligárquicos rural. Clodomir Moraes (1997, p.21) explica o papel do Conselho regional para o movimento camponês e a importância da composição com os setores urbanos:

O conselho Regional com aquela composição social era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global. [...] desempenhou, em seu início, um importante papel para a expansão do movimento camponês, redigindo os documentos principais, analisando os resultados da experiência diurna das atividades das Ligas e buscando conceituar os fenômenos que fossem surgindo durante a investigação empírica.

Com o processo sumário de consolidação das Ligas Camponesas, Basto (1984) situa que essa é uma fase em que houve destaque no encaminhamento das reivindicações em torno da luta por direitos, com demandas muito voltadas ao campo de resoluções em instâncias jurídicas. As Ligas, na ausência dos sindicatos, foram responsáveis por aglutinar demandas relacionadas às condições precárias de vida dos camponeses, além de ser responsável pelas formações políticas de diversos trabalhadores rurais, construídas através de várias formas de mobilizações empregadas no processo, retratado nesse artigo.

Considerações Finais

Através da nossa pesquisa, podemos perceber a importância do Conselho Regional das Ligas Camponesas para o processo de arregimentação¹² e consciência de classe e política da massa camponesa. Buscando teorizar este entendimento através do conceito de experiência de Thompson (1987), baseado no materialismo-histórico dialético presente nas obras de Marx e Engels (2009). Entendemos que o movimento social das Ligas, foi de suma importância para à luta da classe camponesa, quando passou a se entender como tal, frente às consequências do avanço do capitalismo tardio e as disputas travadas por eles, em meio à opressão das elites agrárias, e no desejo e prática de libertação.

Notamos que o Partido Comunista Brasileiro, mesmo passando uma boa parte da sua existência na ilegalidade, teve papel de destaque na laboração das atividades de associativismos e políticas do homem e da mulher do campo, sendo pioneiros na tentativa que organização dessa classe. Nas décadas de 1950 e 1960, Francisco Julião, José dos Prazeres, Zezé da Galileia e outros, foram responsáveis pela forma a qual se desenvolveram os conflitos no campo. Com a dificuldade da sindicalização rural, neste período, o Código Civil foi ferramenta indispensável no combate travado com a elite agrária, na medida em que deixava a burguesia “paralisada”, em relação as mobilizações de camponeses e entrada da massa campestre no jogo político, como cidadãos de direito. Essa penetração das Ligas Camponesas se deu através das delegacias do campesinato, pois enquanto denunciava às ameaças sofridas por meeiros, foreiros, parceiros, entre outras categorias presentes na realidade dos camponeses pernambucanos, aglutinava diversas categorias urbanas, expandindo o conflito para os centros das cidades, promovendo marchas/passeatas, comícios e congressos.

Nesse sentido, contribuímos para a historiografia do movimento camponesino, compreendendo a importância da luta por direitos sociais por meio do associativismo civil, para enfrentar o processo sistêmico de opressão produzido pelos latifundiários sobre os camponeses. As Ligas Camponesas foram o primeiro grande movimento de massa do meio rural e influenciou vários movimentos sociais que lutam pelo direito de possuir a terra. O projeto de reforma agrária nacional que estava em andamento no governo de João Goulart (1961-1964) foi interrompido com um golpe de Estado, no

¹² Ato ou efeito de arregimentar; recrutamento, agrupamento, reunião.

dia 31 de março de 1964, dando inícios aos anos de chumbo. As delegacias camponesas foram fechadas, os líderes de movimentos sociais foram presos ou exilados. O presente recorte histórico ainda tem muito que ser pesquisado e publicado, o fenômeno em que estão inseridas as Ligas Camponesas é muito complexo amplo e, por isso pretendemos com esse artigo contribuir para os debates que envolvem o direito de associativismo, também visamos desenvolver pesquisa futuras sobre esse assunto para perguntas que surgiram na escrita desse artigo. .

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Sindicalismo Rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e Repressão**. Clio Série História do Brasil. 2008. v. n. 22. P, 189 - 213.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes Padres e Comunistas na Revolução sem violência**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jahvo, 1964.

CAVALCANTE, Júlia Carla Duarte. **As Ligas Camponesas na formação do sindicalismo rural**. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas/Faculdade de Direito do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ENGELS, Fiedrich "*Prefacio a la edición alemana de 1883*", *In: Manifiesto del Partido Comunista*. Acesso em: 28/09/2022. Disponível em: <<https://archivo.juventudes.org/prefacios-de-marx-y-engels-distintas-ediciones#toc>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

GALILEIA, Zito da. **A história das Ligas Camponesas: Testemunho de quem viveu**. 1. ed. Recife: Cepe, 2013.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista, 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. *In: PEREIRA, Duarte Pacheco. Das classes à luta de classes*. Jun. 2012. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>>. Acesso em: 05/05/2022.

MORAES, Vinícius. **Poemas para a liberdade**. Violão de rua. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1962.

MORAIS, Clodomir Santos de. História da Ligas Camponesas do Brasil (1969). *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Marcas da memória sobre a repressão ao movimento camponês**: Pernambuco, período inicial da ditadura militar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 745-759, set./dez. 2016.

PORPHÍRIO, Felipe Cezario. **A liga**: resistência e organização política dos trabalhadores rurais (1962-1064). Tempos Históricos, 2018, v.33, p. 172 – 49, jan./jun.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa** – A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987a (Oficinas da História, volume 1).